



CIRCULAR 01/2009

**Preço de Referência de
Negociação**

12.Julho.2022

Índice de Versões

2.Mar.2009

Versão Inicial.

1.Jul.2010

Alteração da metodologia de definição do Preço de Referência de Negociação, explicitando-se no texto da Circular práticas geralmente seguidas.

20.Mai.2011

Inclusão dos Contratos Dia e Fim-de-Semana.

27.Mai.2014

Inclusão dos Contratos de Opções.

29.Set.2015

Clarificação da redacção dos números 2 c) ii e 7.

13.Mai.2016

Aditamento da alínea g) ao número 3 para contemplar a possibilidade do uso de referências externas para a determinação de Preços de Referência, nomeadamente Preços de Referência publicados por outras entidades gestoras de mercados regulamentados.

24.Nov.2017

Alterações pela introdução de Contratos Derivados de Gás Natural nas alíneas c) do número 2 e d) do número 3.

25.Jun.2020

Aditamento sobre o Preço de Referência de Negociação dos Contratos Ano

12.Jul.2022

Pela adição de Contratos PPA

Este documento encontra-se disponível em www.omip.eu

Ao abrigo do disposto no **artigo 55º do Regulamento da Negociação**, o OMIP aprova a presente Circular relativa à determinação do Preço de Referência de Negociação.

Preço de Referência de Negociação dos Contratos de Futuros

1. Quando não disposto de forma distinta nas Cláusulas Contratuais Gerais, o Preço de Referência de Negociação de um Contrato de Futuros é calculado da forma indicada na presente Circular.
2. Caso a informação disponível no Mercado, para um dado Contrato, no final da Fase de Negociação, permita obter um Preço de Referência de Negociação representativo, este corresponde:
 - a) Ao preço da última Operação realizada no Mercado, sempre que este se encontre entre os preços da melhor Oferta de compra e da melhor Oferta de venda vigentes no final da Fase de Negociação;
 - b) À melhor Oferta de compra ou de venda que esteja mais próxima do último preço negociado se o preço da última Operação se situar fora do referido intervalo de preços;
 - c) Se não tiver havido nenhuma Operação ao longo da Fase de Negociação:
 - i. À média dos preços da melhor Oferta de compra e da melhor Oferta de venda vigentes no final da Fase de Negociação; aplicando-se as seguintes restrições nos Contratos Derivados de Electricidade: se o *spread* entre as melhores Oferta de compra e de venda for igual ou menor que 1,50 €/MWh nos Contratos de Dia ou Fim-de-Semana, 1,00 €/MWh nos Contratos de Semana, 0,50 €/MWh nos Contratos de Mês e 0,30 €/MWh nos Contratos de Trimestre, Ano e PPA;
 - ii. Ao que resulta da aplicação de um *spread* com um Contrato relevante, nomeadamente no que respeita ao activo subjacente, ao preço de referência SPOT e à maturidade, listado pelo OMIP, caso não haja Ofertas no final da Fase de Negociação;
3. O OMIP pode definir um Preço de Referência de Negociação distinto do estabelecido no número anterior, baseado, ou não, em cotações de Membros Negociadores, quando considere que, com os critérios expressos no número 2, o preço obtido não seja suficientemente representativo da situação de mercado, podendo nomeadamente decidir:
 - a) Aplicar a média das melhores Ofertas de compra e de venda caso a última transacção no Contrato em causa não tiver tido lugar na última hora da Fase de Negociação;
 - b) Não considerar preços de Ofertas introduzidas, ou ter em conta preços de Ofertas canceladas no final da Fase de Negociação, em especial nos últimos 5 minutos;
 - c) Não considerar valores que resultem de um *spread* elevado entre as melhores Ofertas de compra e venda;
 - d) Não considerar
 - i. Nos Contratos Derivados de Electricidade: Ofertas com um volume inferior a 10 MW nos Contratos de Dia, Fim-de-Semana, Semana e Mês e 5 MW nos Contratos de Trimestre, Ano e PPA;
 - ii. Nos Contratos Derivados de Gás Natural: Ofertas com um volume inferior a 240 Contratos de Dia, Fim-de-Semana e Mês;
 - e) Aplicar uma média ponderada a negócios consecutivos realizados no final da Fase de Negociação;
 - f) Para os Contratos da Semana, aplicar o preço do Mês correspondente ou a sua proporção em conjunção com o Preço de Referência das semanas adjacentes.

- g) Considerar outros preços de transacções ou de referência em contratos similares negociados noutros mercados organizados relevantes, nomeadamente onde existam acordos de cooperação celebrados pelo OMIP com as respectivas entidades gestoras.
- h) Considerar o Preço de Referência de Negociação do Dia de Negociação anterior.
- 4. Nos Contratos Ano e PPA, não existindo referências de mercado, como negócios e/ou Ofertas de compra e de venda e/ou outros preços de transacções ou de referência em contratos similares negociados noutras plataformas relevantes, manter-se-ão os mesmos *spreads* inter-temporais da sessão anterior podendo estes serem alterados por via de uma consulta de preços e/ou *spreads* com uma frequência ajustada à evolução do mercado, mas no mínimo Mensal.
- 5. Todos os Preços de Referência resultarão em preços teoricamente arbitrados.
- 6. A arbitragem prevista no número anterior tem como base os preços dos Contratos com referência de mercado mais significativa, calculando-se os restantes de acordo com as fórmulas adequadas ao fim em causa.
- 7. Para efeitos de obtenção dos Preços de Referência de Negociação, o OMIP pode proceder à criação de um Comité de Preços, fixando em Aviso as respectivas regras de funcionamento.

Aplicação extensiva a outros Contratos

- 8. O Preço de Referência de Negociação para os Contratos Forward e Swap listados pelo OMIP é idêntico ao do Contrato de Futuros de igual activo subjacente, preço de referência SPOT e maturidade ou na sua ausência de acordo com o preceituado nos números 2 a 5, com as devidas adaptações.
- 9. No caso dos Contratos de Opções a aplicação dos princípios definidos para a determinação do Preço de Referência de Negociação dos Contratos de Futuros pode processar-se de duas formas:
 - a) Directamente, relativamente ao preço das Opções;
 - b) De forma indirecta, relativamente ao valor da volatilidade implícita das Opções, a partir da qual se determinam os respectivos Preços de Referência de Negociação dos Contratos com base no modelo Black76 ou em outro que o OMIP venha a especificar.

Entrada em Vigor

- 10. A presente Circular foi registada na CMVM em 01 de Junho de 2022 e entra em vigor no dia 12 de Julho de 2022.

O Conselho de Administração